

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.630.760 - SP (2019/0351563-5)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : SUPRINK BRASIL COMERCIAL LTDA**  
**ADVOGADOS : KEILA CRISTINA OLIVEIRA DOS SANTOS - SP224238**  
**ANA CARLINE MACIEL TOLEDO - SP314758**  
**ANA CAROLINA GONÇALVES XAVIER - SP379746**  
**AGRAVADO : MARCOS CLEMENTE DIAS 10041120841 - MICROEMPRESA**  
**ADVOGADO : RODRIGO XANDE NUNES - SP332907**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por SUPRINK BRASIL COMERCIAL LTDA, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de SUPRINK BRASIL COMERCIAL LTDA, o recurso especial não foi instruído com a guia de custas devidas ao STJ e o respectivo comprovante de pagamento.

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade no recolhimento do preparo. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou, limitando-se a apresentar a guia e o comprovante de pagamento de forma simples (fls. 545/546), sem, contudo, realizar o recolhimento em dobro, nos termos do art. 1.007, § 4º do CPC.

Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado, incidindo, na espécie, o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

Não se desconhece a petição de fls. 547/550. No entanto, ela não pode ser conhecida para os fins a que se destina, uma vez que, com a apresentação da petição de fls. 543/546, ocorreu a preclusão consumativa da prática do ato.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente